

## Por aí...

Maria José Ferro Tavares é uma das maiores especialistas portuguesas no que à presença dos judeus em Portugal diz respeito. A tal matéria tem dedicado uma vida de investigação, tendo publicado inúmeros artigos e livros. **“Os Judeus na Época dos Descobrimentos”**, Edições Elo, 1995 é um desses exemplos. Maria José Tavares aborda as “Comunas Judaicas”, o papel dos “Judeus na economia portuguesa na época dos descobrimentos” as relações de “Convivência à decoberta da alteridade”, a polémica da “Expulsão ou integração forçada”.

No primeiro capítulo aborda as comunas e judiarias e a sua localização. Diz, (pág. 15) a dado passo: “(...)temos sérias dúvidas de que tivessem existido comunas em todos os locais, onde a documentação portuguesa nos menciona a existência de judeus ou de judiaria, dado o número reduzido daqueles para justificar a abertura de uma sinagoga, quanto mais capaz de manter o organismo administrativo e judicial que era a comuna.

É muito provável que tenhamos de falar de judiarias, satélites de comunidades mais importantes, como sucedeu em Lisboa, com os judeus residentes em Sacavém, no Tojal e em Almada (...).”

Se a presença de judeus em Sacavém era algo já identificado ou falado, já no Tojal é um dado muito menos conhecido e que importaria pesquisar mais.

O livro **“A Sacavenense- História de uma Cooperativa”**, de José António Canhão, foi editado em Março de 2001, por ocasião do primeiro centenário daquela instituição. O livro conta com cinco capítulos, “Consumo”, “Instalações”, “Fundo de Auxílio Mútuo”, “Actividades Recreativas e Culturais”, “Corpos Sociais”. Nas conclusões, o autor fala das dificuldades e limitações inerentes à investigação: “Existe ainda, felizmente, um importante acervo documental na posse da instituição, a precisar de inventário. A maior lacuna é iconográfica, já não há fotografias do auto serviço, tive de recorrer a uma reprodução de uma das suas publicações, assim como as imagens dos fundadores Afonso Henriques de Sousa e Melo e Pedro José Gomes Júnior foram obtidas a partir das que existem nas suas campas no cemitério de Sacavém”.

**“Almada na História- Boletim de Fontes Documentais”**, é uma publicação da Divisão de História Local e Arquivo Histórico da Câmara Muni-

## Fanhões: como a venda da prata ajudou às obras do cemitério

**As actas das Juntas de Freguesia são um rico manancial que ajuda a compreender a história das localidades. Por vezes, o seu particularismo, revela acontecimentos muito interessantes. Como foi o caso da decisão da Junta da Paróquia de Fanhões, que decidiu vender parte das pratas da igreja para poder ampliar o cemitério local.**

A13 de Abril de 1913 reunia a Junta da Paróquia de Fanhões, representa-

tais factos. Representando estes casos, além de um espectáculo menos digno de povos civilizados um perigo para a saúde pública, a Junta resolveu pedir à autoridade competente, que com a maior urgência seja alargado o referido cemitério, pedindo que pelo respectivo Ministério do Fomento seja abonada à mesma Junta a quantia indispensável para o dito alargamento”. O pedido foi feito mas o dinheiro, esse, porém, nunca chegou.

A partir daqui, o problema do cemitério passou a ser quase obrigatório. A 29 de Março de 1914 (Acta nº 188), reunia a Junta da Paróquia da Freguesia, presidida já então por Joaquim Paulo Ferreira e de faziam parte também os vogais Manuel Pedro Franco, Francisco d’ Oliveira Burriço e o Secretário José Paulino Félix. De novo o cemitério e de novo um pedido ao administrador do concelho “para que com toda a urgência se proceda ao alargamento do dito cemitério”. Mas nada avançou...

Dois anos depois, a 16 de Abril de 1916 (Acta nº 202) nova reunião. A Junta mantinha-se com os mesmos autarcas, apenas com ligeiras alterações de cargos.”Em



Actual igreja de Fanhões

virtude do novo poder republicano que existia no País. O presidente da Junta era José Caetano Machado e os vogais Joaquim Luis Thomaz, João Gomes Valadares e Lucas Gomes Nobre. A Acta nº 181 esmiuça as razões da reunião. “(...) esta sessão tinha lugar para se discutir e apreciar as reclamações do povo desta freguesia e do guarda do cemitério da mesma freguesia sobre as péssimas condições em que se encontra o dito cemitério, pois que não permitindo o regulamento deste que seja sepultado um cadáver numa cova em que outro cadáver tenha sido sepultado sem que tenham sido passados cinco anos, o coveiro do referido cemitério, devido às condições acanhadas deste, tem sepultado alguns cadáveres sobre outros, decorridos apenas alguns meses, o que tem por vezes levantado protestos por quem tem presenciado

virtude do estado vergonhoso em que se encontra o cemitério paroquial desta freguesia e não possuir a Junta verba suficiente para mandá-lo arranjar foi deliberado pedir-se às instâncias competentes autorização para ser vendida uma porção de prata que foi salva do incêndio que devorou os objectos da igreja paroquial desta mesma freguesia e cuja prata se acha à guarda desta mesma junta”.

A referida prata fora salva de um grave incêndio que teve lugar na Igreja de Fanhões, praticamente um ano antes, em Maio de 1915. As causas nunca foram encontradas pese embora, principalmente forças ligadas ao antigo regime dissessem ser consequência do forte clima anticlerical que existir no País.

Estava, porém, encontrada uma solução. Praticamente um ano depois, a 4 de Março de 1917 (Acta nº 217)